

IESS

INSTITUTO DE ESTUDOS
DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Conjuntura - Saúde Suplementar

30ª Edição - Abril de 2016

SUMÁRIO

Conjuntura - Saúde Suplementar

Seção Especial	3
Nível de Atividade	4
Emprego	5
Emprego direto em planos de saúde	6
Renda	6
Inflação	7
Mercado de Juros e Crédito	7
Câmbio	8

Seção Especial

O setor de saúde suplementar e o desempenho da economia

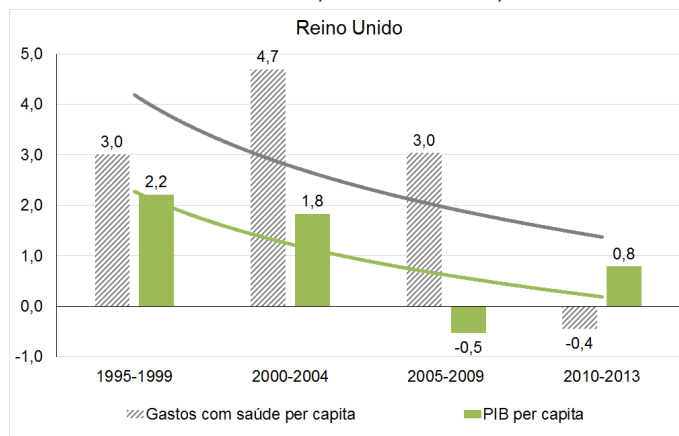
O SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR

O gasto total com saúde, tanto de países desenvolvidos como de países em desenvolvimento, têm crescido continuamente nos últimos 50 anos (Erixon & Marel, 2011). Esse crescimento tem sido em média superior ao crescimento do produto interno bruto (PIB). Além disso, é possível encontrar uma correlação significativa entre os gastos com saúde *per capita* e PIB *per capita* (Cylus et al., 2012).

O que se observa é que, na maioria dos países, quando há uma redução da taxa de crescimento da economia, a taxa de crescimento dos gastos com saúde também tende a se reduzir. Esse fato pode ser observado analisando a taxa de crescimento média dessas variáveis em grupos de anos, para evitar efeitos adversos de ciclos econômicos e captar a tendência. No Gráfico 1, nota-se que no Reino Unido a economia apresentou notável desaceleração entre 1995 e 2013, que foi acompanhada por desaceleração na taxa de crescimento dos gastos com saúde. Esse mesmo comportamento é observado para a França no mesmo período (Gráfico 2).

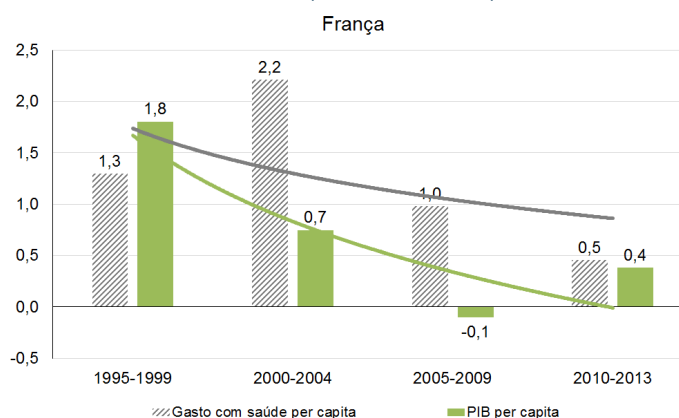
No caso do Setor de Saúde Suplementar no Brasil, as tendências são divergentes. Ao contrário do que se observa nos outros países, a taxa de crescimento do gasto com saúde (despesa assistencial na nomenclatura da Agência Nacional de Saúde Suplementar) *per capita* é crescente apesar da tendência observada de desaceleração da economia no período analisado (Gráfico 3). Essa é uma tendência preocupante dada a atual situação da economia brasileira e suas perspectivas. A sustentabilidade da Saúde Suplementar está relacionada ao entendimento das causas dessa divergência, frente ao padrão de correlação positiva entre renda e gasto com saúde observada nos demais países.

GRÁFICO 1: TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO GASTO COM SAÚDE PER CAPITA E PIB PER CAPITA, EM TERMOS REAIS, 1995 A 2013



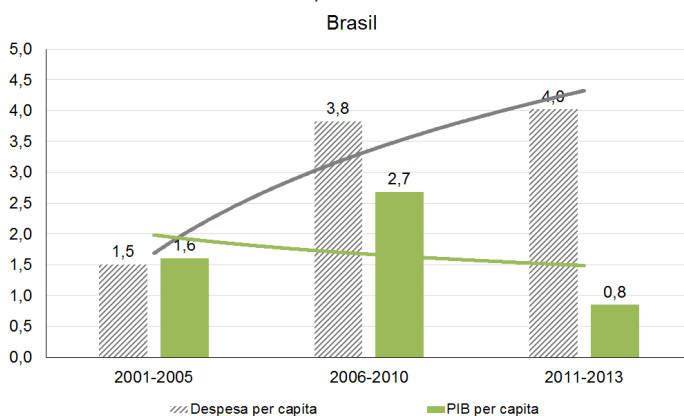
Fonte: World Health Organization & World Bank.. Elaborado pelo IESS.

GRÁFICO 2: TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO GASTO COM SAÚDE PER CAPITA E PIB PER CAPITA, EM TERMOS REAIS, 1995 A 2013



Fonte: World Health Organization & World Bank.. Elaborado pelo IESS.

GRÁFICO 3: TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DA DESPESA ASSISTENCIAL POR BENEFICIÁRIO E DO PIB PER CAPITA, EM TERMOS REAIS, 2001 A 2013



Fonte: Dados de despesa assistencial do ANSTabnet e dados do PIB per capita do Ipeadata..

O comportamento diferente do Brasil em relação aos outros países pode estar relacionado à alta taxa de inflação médica nacional. No relatório da Consultoria Aon Hewitt de 2015, a inflação médica no Brasil é uma das mais altas, dentre os países analisados. Na Tabela 1 observa-se que no Brasil a inflação médica havia sido de 12,6% líquida da inflação da economia. De fato, o VCMH/ IESS indica que a variação dos custos médicos hospitalares das operadoras de planos de saúde foi de 17,1% em junho de 2015, 8,2 pontos percentuais acima da inflação medida pelo IPCA.

O descolamento do crescimento das despesas assistenciais e o alto crescimento dos custos médicos podem estar associados a fatores institucionais como o modelo de pagamento de hospitais, que atualmente no Brasil é predominantemente o fee-for-service, que paga por unidade sem verificar a eficiência dos serviços ou a qualidade da assistência hospitalar (TD 52- IESS,2014). Outros vetores que podem estimular os custos do setor da saúde acima do desempenho da economia é a incorporação de novas tecnologias, o envelhecimento populacional e o desperdício (KAISER FOUNDATION, 2012; CECHIN et al, 2008, TD 49-IESS 2014). O desperdício principalmente poderia ser minimizado a partir da adoção de indicadores de qualidade de prestadores que estimulem a prestação de assistência mais eficiente e de qualidade para as pessoas.

INFLAÇÃO MÉDICA NO ANO DE 2015 - RELATÓRIO AON HEWITT 2015 GLOBAL MEDICAL TREND RATE SURVEY REPORT.

Países	Bruta	Líquida*
BRASIL	18,1	12,6
ESTADOS UNIDOS	9,0	7,4
FRANÇA	6,0	4,8
REINO UNIDO	7,8	5,9
CHILE	6,0	3,1
MÉXICO	9,3	5,8

* Descontada a inflação da economia

NÍVEL DE ATIVIDADE

No 4º tri/15, o PIB teve redução de 1,4% em comparação ao trimestre anterior. Quando avaliado o acumulado em 12 meses, houve o decréscimo foi de 3,8%, sendo essa a maior queda registrada desde 1996, quando se iniciou a série histórica. Em relação aos setores, apenas a Agricultura apresentou desempenho positivo (1,8%) no acumulado em 12 meses, assim como já havia ocorrido nos trimestres anteriores. A indústria apresentou desempenho negativo de 6,2% e o setor de Serviços apresentou o seu quarto decréscimo na série histórica, de -2,7%.

-3,8%

Foi o acumulado em 12 meses do PIB. A maior queda registrada desde 1996.

O gráfico 3 representa a variação percentual trimestral dos PIB dos setores. O desempenho negativo da indústria (-1,4%) é decorrente, principalmente, do decréscimo dos seguintes subsetores¹: de extrativa mineral (-6,6%) e de transformação (-2,5%).

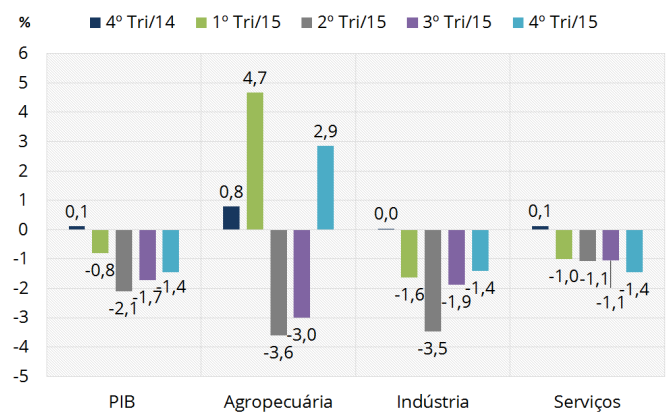
No setor de Serviços, a queda de 1,4% no 4º tri/15, em relação ao trimestre anterior, foi puxada pelo Comércio (-2,6%), administração, saúde e educação pública (-2,0%), Transporte, armazenagem e correio (-1,7%), outros serviços (-1,2%), serviços de informação (-0,9%) e

intermediação financeira e seguros (-0,2%). O único subsetor que apresentou resultado positivo no trimestre foi de atividades imobiliárias (0,5%)¹.

O consumo do governo e das famílias apresentou desempenho negativo no acumulado de 12 meses, com queda de 1,0% e 4,0%, respectivamente.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou taxa de crescimento negativa pelo sexto trimestre consecutivo no acumulado de 12 meses (-14,1% no 4º tri/15), o que resultou numa taxa de investimento menor do que quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior: 20,2% do PIB no 4º tri/14 contra 18,2% do PIB no 4º tri/15.

GRÁFICO 4: VARIAÇÃO PERCENTUAL TRIMESTRE CONTRA TRIMESTRE ANTERIOR DO PIB SEGUNDO SETORES, 4º TRI/2014 A 4º TRI/2015.



Fonte: Dados das Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração IESS.

TABELA 1 – CONTAS NACIONAIS – CRESCIMENTO ACUMULADO EM 12 MESES

	VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)			
	1º TRI./15	2º TRI./15	3º TRI./15	4º TRI./15
PRODUTO INTERNO BRUTO	-1,2	-1,7	-2,5	-3,8
AGROPECUÁRIA	1,9	2,7	2,1	1,8
INDÚSTRIA	-3,0	-3,7	-4,7	-6,2
SERVIÇOS	-0,5	-1,0	-1,6	-2,7
CONSUMO DAS FAMÍLIAS	0,3	-0,7	-1,8	-4,0
CONSUMO DO GOVERNO	0,5	0,0	-0,4	-1,0
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	-7,4	-9,3	-11,2	-14,1
TAXA DE INVESTIMENTO (% DO PIB)	19,8	19,4	18,9	18,2

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

¹ Fonte: IBGE. Disponível em: < <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=3046&busca=1> >

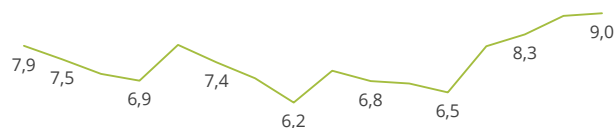
EMPREGO

A taxa de desocupação calculada pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD Contínua), atingiu 9,0% no 4º trimestre de 2015 (Gráfico 4). Esse foi o maior valor registrado desde o início da pesquisa (1º tri/12)

A população em busca de emprego vem crescendo continuamente, sendo que, no 4º tri/15 a população desocupada teve aumento de 40,8% em relação ao 4º tri/14. Acompanhando essa queda de empregos, a população que trabalha por conta própria aumentou 5,2% no 4º tri/15, em relação ao 4º tri/14. Entre o 4º tri/14 e o 4º tri/15, houve decréscimos no número de empregados com carteira assinada (-2,7%) e sem carteira assinada (-2,2%) (Tabela 2). No mesmo período, a perda de empregos no setor privado (-3,3%) foi maior do que no setor público (-1,4%).

Com relação à entrada e à saída de pessoas no mercado de trabalho formal, a economia do país apresentou, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), um saldo negativo de 1.552.953 postos em 2015 (Mapa 1). No mesmo ano, os setores que contribuíram para o resultado negativo foram: Indústria (634.075 mil demissões líquidas), Construção Civil (418.789 mil demissões líquidas), Serviços (289.534 mil demissões líquidas) e Comércio (289.534 mil demissões líquidas). A agropecuária foi o único setor a apresentar desempenho positivo em 2015 (8.210 mil admissões líquidas).

GRÁFICO 5 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO, 1º TRI/12 A 4º TRI/15



Nota: Taxa de desocupação - É o percentual de pessoas desocupadas (sem trabalho e que tomaram providência para consegui-lo), na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana.
Fonte: IBGE/Pnad Contínua trimestral.

TABELA 2 - POPULAÇÃO COM EMPREGO (EM 1000 PESSOAS) NO BRASIL, 4º TRI/14 A 4º TRI/15:

Emprego	4º tri/14	4º tri/15	Variação anual (%)
População ocupada (em 1000 pessoas)	92.875	92.274	-0,6
População desocupada (em 1000 pessoas)	6.452	9.087	40,8
Empregados com carteira assinada (em 1000 pessoas)	39.808	38.743	-2,7
Empregados sem carteira assinada (em 1000 pessoas)	16.851	16.481	-2,2
Empregados no setor privado (em 1000 pessoas)	46.991	45.447	-3,3
Empregados no setor público (em 1000 pessoas)	19.478	19.202	-1,4
Conta própria (em 1000 pessoas)	21.765	22.903	5,2
Taxa de desocupação (%)	6,5	9,0	38,5

Fonte: IBGE - Pnad Trimestral. Elaborado em: 15/03/2016.



TABELA 3 - ADMITIDOS E DESLIGADOS SEGUNDO DADOS DO CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED/ MTE) EM 2015.

	1º TRI./15	2º TRI./15	3º TRI./15	4º TRI./15	Δ% 3 MESES (3º TRI/15 - 4º TRI/15)	Δ% 12 MESES (4º TRI/14 - 4º TRI/15)
TOTAL DO BRASIL						
TOTAL DE ADMITIDOS	5.273.174	4.706.230	4.301.017	3.482.698	-19,0	-26,8
TOTAL DE DESLIGADOS	5.286.995	5.002.142	4.623.000	4.403.935	-4,7	-17,5
SALDO TOTAL	-13.821	-295.912	-321.983	-921.237	186,1	58,9

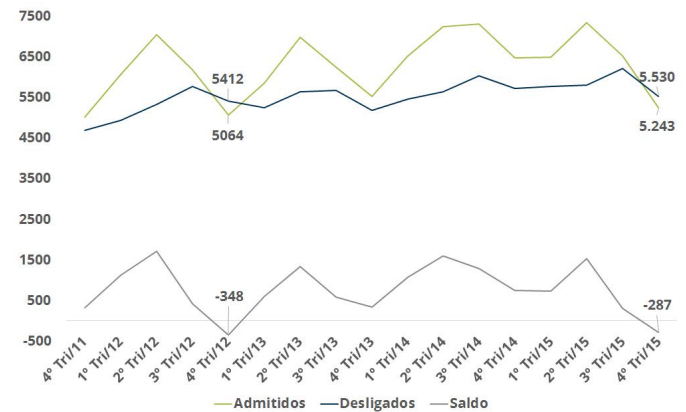
Fonte: Caged - Dados extraídos em: 01/03/2016.

EMPREGOS DIRETOS EM PLANOS DE SAÚDE

O setor de saúde suplementar gera, direta ou indiretamente, inúmeros empregos todos os anos. Contudo, não é possível analisar o total de empregos gerados devido às dificuldades de se estimar o número de empregos indiretos. Mesmo assim, o número de empregos diretos gerados pelos planos de saúde pode dar uma ideia da dinâmica do mercado de trabalho do setor.

Os planos e seguros de saúde (Cnae 2.1: 6550-2 e 6520-1, respectivamente) geraram, no 4º tri/15, 5.423 novos postos de trabalho formais e desligaram 5.530 empregados, o que resultou num saldo negativo de 287 vagas formais no período (Gráfico 5 e Tabela 5). Isso significa uma redução de 138,2% na geração de novos empregos para planos e seguros de saúde em relação ao mesmo trimestre de 2015. Esse é o pior saldo desde o 4º tri/12, quando o resultado foi de -348 vagas formais.

GRÁFICO 6 - NÚMERO DE PESSOAS ADMITIDAS, DESLIGADAS E SALDO NOS SETORES DE PLANOS E SEGURO DE SAÚDE. 4º TRI/11 A 4º TRI/15.



Fonte: Caged/MTE.

RENDA

No último trimestre do ano de 2015, o rendimento médio real da população ocupada foi de R\$ 1.863,00, medido pela Pnad Contínua trimestral/IBGE, ou seja, queda de 0,2% no acumulado em 12 meses (Tabela 4).

As categorias de ocupações que apresentaram uma tímida variação acumulada positiva em 12 meses (entre dez/14 a dez/15) foram: o setor privado com carteira assinada (0,5%) e o setor público com carteira assinada (0,1%). Em algumas outras categorias, os trabalhadores estão recebendo, em média, um valor menor quando comparado com os anos anteriores. Essas categorias com variação acumulada do rendimento médio real negativo foram: empregados por conta própria (-3,2%); empregadores (-1,2%); setor privado sem carteira assinada (-0,6%); setor público sem carteira assinada (-0,5%); e pessoas ocupadas (-0,2%).

TABELA 4- RENDIMENTO MÉDIO REAL DE OCUPAÇÕES (EM REAIS DE AGOSTO DE 2015) NO ÚLTIMO TRIMESTRE DE CADA ANO E VARIAÇÃO DO CRESCIMENTO ACUMULADO EM 12 MESES, 4º TRI/12 A 4º TRI/15

CATEGORIAS DE OCUPAÇÕES	2012	2013	2014	2015	VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES ENTRE DEZ/14 A DEZ/15
PESSOAS OCUPADAS	R\$ 1.810,00	R\$ 1.879,00	R\$ 1.900,00	R\$ 1.863,00	-0,2%
CONTA PRÓPRIA	R\$ 1.476,00	R\$ 1.497,00	R\$ 1.549,00	R\$ 1.465,00	-3,2%
EMPREGADORES	R\$ 4.860,00	R\$ 5.150,00	R\$ 5.063,00	R\$ 4.823,00	-1,2%
SETOR PÚBLICO SEM CARTEIRA ASSINADA	R\$ 1.435,00	R\$ 1.529,00	R\$ 1.529,00	R\$ 1.543,00	-2,5%
SETOR PÚBLICO COM CARTEIRA ASSINADA	R\$ 2.833,00	R\$ 2.529,00	R\$ 2.755,00	R\$ 2.786,00	0,1%
SETOR PRIVADO SEM CARTEIRA ASSINADA	R\$ 1.054,00	R\$ 1.121,00	R\$ 1.123,00	R\$ 1.143,00	-0,6%
SETOR PRIVADO COM CARTEIRA ASSINADA	R\$ 1.789,00	R\$ 1.845,00	R\$ 1.835,00	R\$ 1.825,00	0,5%

Fonte: Pnad Contínua trimestral/IBGE. Elaborado pelo IESS em: 15/03/2015.

INFLAÇÃO

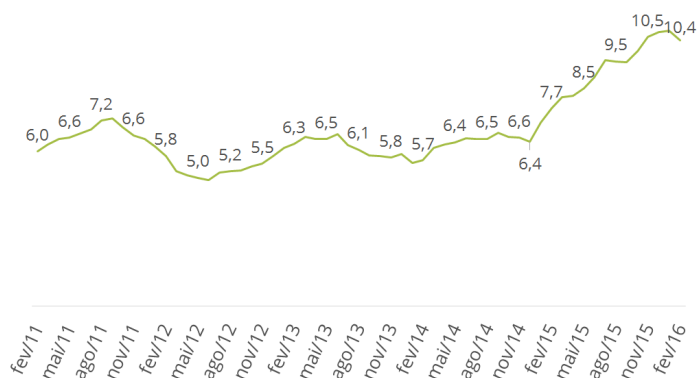
O IPCA, índice que mede a inflação oficial do Brasil, teve variação mensal de 0,9% em fevereiro de 2016 e variação em 12 meses de 10,4% (Gráfico 6). Segundo o IBGE, os setores da Educação (5,9%) e Alimentação e bebidas (1,06%) foram os principais fatores para o aumento no cálculo mensal do IPCA².

Quando observada a série histórica, percebe-se uma tendência de aumento contínuo da inflação a partir de dezembro de 2014, quando a taxa era de 6,4%.

O índice de difusão do IPCA (indicador que mostra o percentual de produtos que apontam crescimento) foi de 77,21% em fevereiro de 2016. Em comparação, o mês anterior apresentou índice de 77,48% (jan/16).

GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DA VARIAÇÃO DO IPCA EM 12 MESES

IPCA - Número índice (base: dez/93 = 100)



Fonte: IPCA/IBGE.

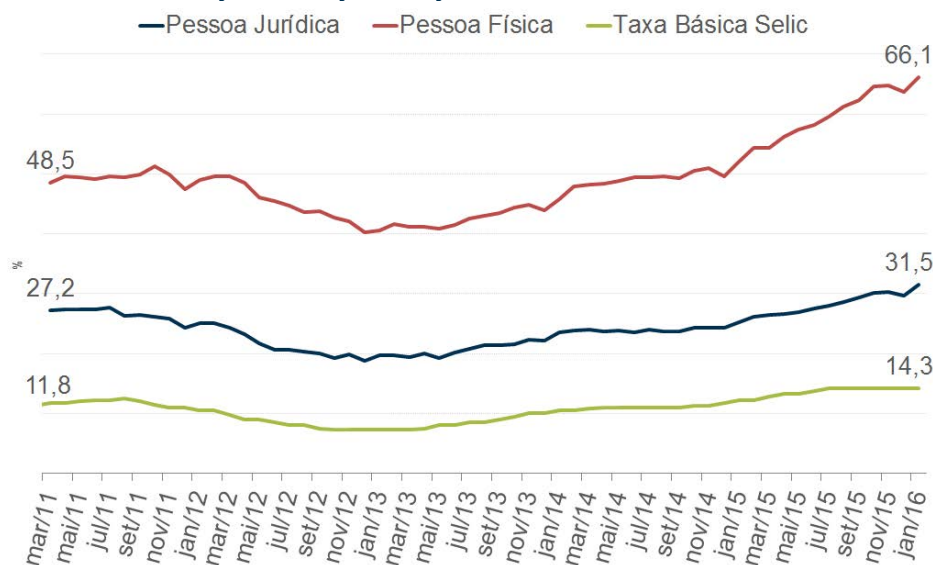
² Disponível em: < <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=3117&busca=1&t=fevereiro-ipca-fica-0-90> >

MERCADO DE JUROS E CRÉDITO

O Comitê de Política Monetária (Copom), em sua primeira reunião de 2016 (janeiro/2016)³, decidiu manter a taxa Selic em 14,25% ao ano. Nessa reunião, o Copom projetou uma variação de 6,3% no conjunto de preços administrados por contrato e monitorados em 2016, considerando uma hipótese de reajuste médio de 8,9% nas tarifas de ônibus urbano e variação de 3,7% no preço da energia elétrica.

A taxa de juros anual média para empréstimos para as pessoas físicas atingiu 66,1% em janeiro de 2016, elevação de 2,4 p.p. em relação a dezembro de 2015. Para empréstimos às empresas, a taxa de juros média subiu 1,8 p.p. no mesmo período, situando-se em 31,53% (Gráfico 7).

GRÁFICO 8: TAXA BÁSICA DE JUROS SELIC E TAXA DE JUROS PARA EMPRÉSTIMOS AS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, JAN/15 A JAN/16.



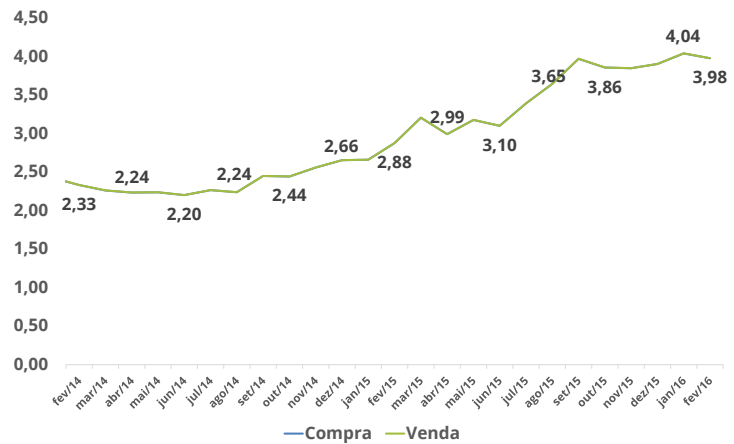
Fonte: Banco Central do Brasil.

³ Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?COPOM196> >

CÂMBIO

Em fevereiro de 2016, o real apresentou desvalorização frente ao dólar e a taxa de câmbio, que iniciou em R\$ 2,66 em janeiro de 2015, alcançou o valor de R\$ 4,04 em janeiro de 2016 (Gráfico 8). O câmbio deve ser avaliado com cuidado, pois constitui uma fonte de inflação, por causar aumento dos preços dos produtos importados.

GRÁFICO 9: TAXA DE CÂMBIO REAL POR DÓLAR (PTAX VENDA), JAN/14 A FEV/16, REFERENTE AO ÚLTIMO DIA DO MÊS



Fonte: Banco Central do Brasil.

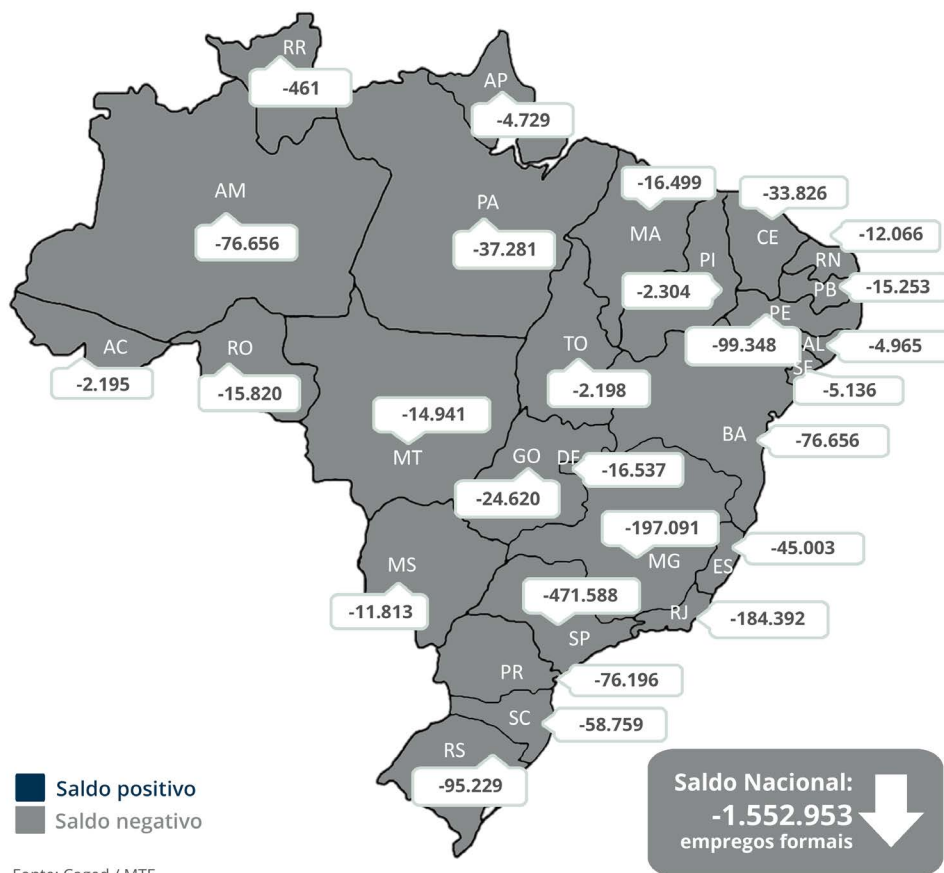
TABELA 5 - RESUMO DOS INDICADORES ECONÔMICOS

	OUT/15	NOV/15	DEZ/15	JAN/16	Δ% 3 MESES (JAN/16 E OUT/15)	Δ% 12 MESES (JAN/16 A JAN/15)
INFLAÇÃO (IPCA) - NÚMERO ÍNDICE (BASE: DEZ/93 = 100)	4.405,95	4.450,45	4.493,17	4.550,23	3,27	10,71
ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR						
SEM AJUSTE SAZONAL	68,6	68,6	67,1	70,0	2,39	-9,04
COM AJUSTE SAZONAL	66,4	66,9	64,9	66,4	-	-
ÍNDICE DE DIFUSÃO (%)	67,02	78,02	74,80	77,48	-	-
ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS	45,83	45,59	-	-	-	-
TAXA DE CÂMBIO REAL POR DÓLAR (PTAX VENDA) REFERENTE AO ÚLTIMO DIA DO MÊS (EM R\$)	R\$ 3,86	R\$ 3,85	R\$ 3,90	R\$ 4,04	-	-
TAXA BÁSICA SELIC REFERENTE AO ÚLTIMO DIA DO MÊS (%)	14,25	14,25	14,25	14,25	-	-
TAXA MÉDIA MENSAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES REFERENCIAIS PARA TAXA DE JUROS						
TOTAL PESSOA JURÍDICA - % A.A (PRÉ-FIXADA, PÓS-FIXADA E FLUTUANTE)	30,16	30,20	29,70	31,53	-	-
TOTAL PESSOA FÍSICA - % A.A (PRÉ-FIXADA).	64,67	64,74	63,66	66,10	-	-
INADIMPLÊNCIA - SETORES PÚBLICO E PRIVADO - RECURSOS LIVRES						
PESSOA FÍSICA	5,78	5,96	6,10	6,24	-	-
PESSOA JURÍDICA	4,29	4,52	4,47	4,67	-	-
IGP-M - ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO (BASE: AGO/94 = 100)	604,83	614,05	617,04	624,06	3,18	10,95

Fonte: BCB, IBGE (SIDRA) - Dados extraídos em: 01/03/2016.



MAPA 1 – SALDO DE EMPREGOS SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO, JAN/2015 A DEZ/15.



Fonte: Caged / MTE
 *Elaborado pelo IESS em 29/02/2016.



INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

IESSDATA

O IESSdata é um espaço interativo que, em um só lugar, reúne e possibilita o cruzamento de diversos indicadores relevantes para compreender o setor de saúde suplementar e da economia. A ferramenta apresenta dados econômicos importantes para o setor, como Produto Interno Bruto (PIB), renda, inflação, nível de emprego e desemprego e juros.

Além disso, é possível acompanhar o Índice de Variação do Custo Médico Hospitalar (VCMH/IESS) e o total de beneficiários de planos de saúde no país de acordo com região e tipo de vínculo. Tudo de forma simples e prática.

www.iess.org.br/iessdata

EQUIPE

Luiz Augusto Carneiro

Superintendente Executivo

Amanda Reis A. Silva

Pesquisadora

Natalia Lara

Pesquisadora

Elene Nardi

Pesquisadora

Bruno Minami

Pesquisador

SAÚDE SUPLEMENTAR EM NÚMEROS

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar foram os divulgados em março de 2016 (com data-base: dezembro de 2015), já analisados na 10ª Edição da Saúde Suplementar em Números, disponível em: www.iess.org.br

REFERÊNCIAS

- IBGE:
 - Banco de Dados Agregados—Sidra
 - Contas Nacionais Trimestrais
 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (Pnad Contínua trimestral)
- Banco Central do Brasil:
 - Sistema Gerenciador de Séries Temporais—SGS
 - Boletim Focus
- Ministério do Trabalho e Emprego — MTE:
 - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados—Caged
 - Relação Anual de Informações Anuais — RAIS

IESS
Rua Joaquim Floriano 1052, conj. 42
CEP 04534 004, Itaim, São Paulo, SP
Tel (11) 3706.9747
contato@iess.org.br